

Monasteiro, Leonardo; Angeli, Eduardo

Working Paper

O uso dos economistas na sociedade: Hayek no Brasil

Texto para Discussão, No. 3110

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Monasteiro, Leonardo; Angeli, Eduardo (2025) : O uso dos economistas na sociedade: Hayek no Brasil, Texto para Discussão, No. 3110, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília,
<https://doi.org/10.38116/td3110-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/316202>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3110

**O USO DOS ECONOMISTAS NA
SOCIEDADE: HAYEK NO BRASIL**

**LEONARDO MONASTERIO
EDUARDO ANGELI**



O USO DOS ECONOMISTAS NA SOCIEDADE: HAYEK NO BRASIL¹

LEONARDO MONASTERIO²

EDUARDO ANGELI³

1. Os autores agradecem as críticas, os comentários e as sugestões essenciais do parecerista anônimo, de Nilo Saccaro, Valdir Melo e Claudio Shikida, que também contribuíram para o aprimoramento deste trabalho, bem como aos participantes do seminário da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea) pelas discussões e sugestões. Agradecemos ao jornalista Elio Gaspari pela troca de informações sobre a correspondência entre o então chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva e seu secretário, e a Walter Schley por compartilhar suas memórias da visita de Hayek a Santa Maria. Os erros remanescentes são de nossa responsabilidade.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea; professor do mestrado em economia do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília; e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* leonardo.monasterio@ipea.gov.br.

3. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); e pesquisador do CNPq. *E-mail:* angeli@ufpr.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

RAFAEL GUERREIRO OSÓRIO

Diretora de Estudos Internacionais

KEITI DA ROCHA GOMES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Monasterio, Leonardo

O Uso dos economistas na sociedade : Hayek no Brasil / Leonardo Monasterio, Eduardo Angeli. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025. 27 p. – (Texto para Discussão ; n. 3110).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Hayek. 2. Ditadura Militar. 3. Viagens dos Economistas. I. Angeli, Eduardo. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 923.3

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

MONASTERIO, Leonardo; ANGELI, Eduardo. **O Uso dos economistas na sociedade:** Hayek no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, abr. 2025. 27 p. (Texto para Discussão, n. 3110). DOI: [https:// dx.doi.org/10.38116/td3110-port](https://dx.doi.org/10.38116/td3110-port)

JEL: B31; B25; N46.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	6
2 HAYEK SOBRE GOVERNOS AUTORITÁRIOS E DEMOCRACIA ILIMITADA.....	9
3 VISITAS DE HAYEK AO BRASIL	12
4 POR QUE A APATIA?.....	16
4.1 Hayek seria útil para a ditadura brasileira? Conflitos internos e a opção pelo desenvolvimentismo nacionalista	17
4.2 Comparação com as situações de Argentina e Chile	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

SINOPSE

Este *Texto para Discussão* examina as visitas de Friedrich Hayek ao Brasil durante a ditadura militar, contrastando-as com suas experiências no Chile e na Argentina. Utilizando fontes primárias, incluindo correspondências e registros de jornais, reconstruímos as atividades de Hayek no Brasil e analisamos a fria recepção que o economista recebeu das autoridades governamentais. Argumentamos que, diferentemente do Chile e da Argentina, onde Hayek foi recebido por altos funcionários e suas ideias foram utilizadas para apoiar políticas econômicas, no Brasil sua presença foi ignorada pelo governo. Atribuímos esta diferença à estratégia de desenvolvimento nacional adotada pelo regime militar brasileiro, que privilegiava uma forte intervenção estatal na economia. Concluimos que a utilidade de economistas renomados para regimes autoritários depende da compatibilidade de suas ideias com as políticas econômicas vigentes. As viagens dos economistas devem ser entendidas não só pelo lado da oferta, ou seja, as suas motivações em conhecer e influenciar o mundo, mas também pela demanda por suas ideias por parte de grupos ligados ao governo.

Palavras-chave: Hayek; ditadura militar; viagens dos economistas.

ABSTRACT

This Discussion Paper examines Friedrich Hayek's visits to Brazil during the military dictatorship, contrasting them with his experiences in Chile and Argentina. Using primary sources, including letters and newspaper records, we reconstruct Hayek's activities in Brazil and analyze the cold reception he received from government authorities. We argue that, unlike in Chile and Argentina, where Hayek was received by high-ranking officials and his ideas were used to support economic policies, in Brazil his presence was ignored by the government. We attribute this difference to the national development strategy adopted by the Brazilian military regime, which favored strong state intervention in the economy. We conclude that the usefulness of renowned economists to authoritarian regimes depends on the compatibility of their ideas with prevailing economic policies. Economists' travels should be understood not only from the supply side, that is, their motivations to explore and influence the world, but also from the demand for their ideas by groups linked to the government.

Palavras-chave: Hayek; military dictatorship; economist's travels.

1 INTRODUÇÃO

Friedrich Hayek fez quatro viagens ao Brasil, três das quais ocorreram durante a ditadura militar e após ter recebido o Prêmio Nobel de Economia em 1974. Ao contrário de suas visitas ao Chile e à Argentina, onde se reuniu com altos funcionários do governo, as interações de Hayek no Brasil foram limitadas a encontros com líderes empresariais, visitas a universidades e entrevistas na mídia impressa. Este contraste levanta questões sobre as razões pelas quais o proeminente economista liberal teve recepções tão diversas em países governados por ditaduras militares de direita.

Estudos têm explorado as conexões de Hayek com regimes autoritários, notadamente no Chile, destacando a possível contradição entre seus escritos e a defesa de tais governos como medidas temporárias contra a ameaça percebida de ditaduras socialistas.¹ Conforme veremos adiante, Hayek argumentava que uma ditadura de direita, como a de Augusto Pinochet, teria maior possibilidade de restaurar uma sociedade democrática do que uma ditadura de esquerda.

As viagens de Hayek ao Chile foram discutidas em Caldwell e Montes (2015). Em sua primeira visita, em 1977, ele teve como anfitrião e organizador da viagem Pedro Ibañez, um político de destaque. Hayek também se encontrou com figuras importantes da ditadura Pinochet: Hayek almoçou no Banco Central com seu presidente, Álvaro Bardón, Sergio de Castro, o ministro da Hacienda, e Roberto Kelly, ministro diretor da Oficina de Planificación Nacional de Chile, conforme informações do periódico *El Mercurio*, de 8 de novembro de 1977.² Mais importante, evidentemente, foi a reunião, ainda que breve, que Hayek teve com Pinochet. Segundo Caldwell e Montes, “parece-nos razoável concluir que o principal objetivo, na perspectiva daqueles que o convidaram, era ter a sua estatura alguma legitimidade para as reformas econômicas e para o regime de Pinochet” (2015, p. 281).³

A visita de Hayek ao Chile em 1981 teve um conteúdo político inegável, mesmo sem reencontros com Pinochet. Caldwell e Montes apontam que o economista solicitou

1. Ver, por exemplo: Caldwell e Montes (2015); Farrant e McPhail (2014); Knutsen (2016); Meadowcroft e Ruger (2014); e Nell (2014).

2. De Castro e Bardón eram Chicago Boys – expressão usada para descrever economistas liberais que haviam estudado na Universidade de Chicago, ou no próprio Chile sob a tutela de professores formados em Chicago, e que acabaram exercendo influência na condução da política econômica do governo de Pinochet. Já Roberto Kelly era um oficial da Marinha aposentado, mas intimamente ligado a Pinochet e à elaboração de *El ladrillo*, o documento com as orientações liberais para a economia chilena.

3. “[i]t seems to us reasonable to conclude that the principal goal from the perspective of those who invited him was to have his stature some legitimacy to the economic reforms and to the Pinochet regime”.

TEXTO para DISCUSSÃO

reuniões com Eduardo Frei Montalva, presidente do país entre 1964 e 1970, e Jorge Alessandri, presidente entre 1958 e 1964.⁴ O austríaco também teve um encontro com Miguel Kast, um destacado Chicago Boy e ministro do Trabalho e Previdência Social.

Já as visitas de Hayek à Argentina foram organizadas por Alberto Benegas Lynch Jr., o principal divulgador da economia austríaca no país.⁵ Tal como no Chile, Hayek se encontrou com o alto escalão do governo argentino. Em 1977, sua primeira atividade registrada em Buenos Aires foi o encontro com o general Jorge Rafael Videla na companhia de Guillermo Walter Klein, importante membro da equipe econômica de José Alfredo Martínez de Hoz. E, no dia seguinte, reuniu-se com o brigadeiro Orlando Agosti, membro da junta de ditadores que governava o país, conforme informações dos periódicos *Clarín*, de 23 de novembro de 1977, e *La Prensa*, de 24 de novembro de 1977.⁶

Já na visita de 1981, Hayek teve uma reunião com o general Leopoldo Galtieri logo na chegada a Buenos Aires.⁷ Este militar era membro da junta desde 1979 e, em dezembro de 1981, viria a liderar um grupo de militares de alta patente que manobrou politicamente para que assumisse a Presidência.⁸ Na sequência desta viagem, Hayek se dedicou a atividades acadêmicas da Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (Eseade), a escola de negócios argentina, criada em 1978 por Lynch Jr.⁹ Pode-se ver que, mais uma vez, tal como no Chile, Hayek teve uma agenda acadêmica, mas combinada com encontros com as principais lideranças políticas nacionais.

Este *Texto para Discussão* tem como objetivo reconstruir as visitas de Hayek ao Brasil no âmbito da ditadura militar, buscando entender a recepção relativamente fria a

4. Frei Montalva se opunha a Allende; apoiou inicialmente o golpe, mas passou a se opor ao regime militar. Alessandri foi o segundo colocado na eleição que elegeu Allende e ocupava uma posição no Consejo de Estado até agosto de 1980. Kast já havia sido ministro do Planejamento (1979-1980) e se tornou presidente do Banco Central. Vale notar que Hayek não era próximo dos Chicago Boys e não tinha relação com o Departamento de Economia de Chicago (Edwards, 2023). Na verdade, apenas um dos membros do Chicago Boys, Carlos Cáceres, tornou-se membro da Mont Pèlerin Society, em 1980. Cáceres era formado na Cornell University, mas, segundo Edwards (2023, p. 142, tradução nossa), “ele foi claramente aceito pela turma como um dos seus”. De qualquer forma, tais encontros não devem ser entendidos como uma reunião de alunos com seu velho mestre.

5. O pai de Lynch Jr. foi o fundador do Centro de Estudios sobre la Libertad, que, já em 1957, promovia a economia austríaca na Argentina e convidou Hayek naquele ano para a sua primeira visita ao país. Essa visita pioneira se deu logo após a passagem de Hayek pelo Rio de Janeiro, sobre a qual trataremos adiante.

6. Hayek Papers, *box 1, folder 8*.

7. Hayek Papers, *box 4, folder 30*.

8. Ele ordenou a invasão das Ilhas Malvinas/Falklands e foi deposto logo após esse fracasso militar.

9. A Eseade segue sendo uma das principais faculdades de orientação explicitamente liberal na América Latina. Hayek foi o primeiro presidente do conselho consultivo da escola.

um crítico internacionalmente reconhecido do socialismo. Para isso, nos fundamentamos em fontes primárias, basicamente os documentos depositados nos Hayek Papers da biblioteca da Hoover Institution e periódicos da época. Nossa hipótese é que tal recepção fria seria resultado da inutilidade de Hayek para a ditadura brasileira.

Em primeiro lugar, as políticas econômicas da ditadura brasileira, caracterizadas por um aumento da intervenção estatal e contrastadas com as políticas liberais no Chile e na Argentina influenciadas pelos Chicago Boys e pelo ministro da Economia Martínez de Hoz, respectivamente, dificilmente seriam apoiadas por Hayek. Em segundo lugar, a legitimidade do regime militar brasileiro estava enraizada em uma década de rápido crescimento econômico liderado pelo Estado, e o apoio de Hayek não era apenas improvável, mas desnecessário. Por fim, no Brasil, a ala liberal econômica dentro do governo era muito fraca e, portanto, não havia um grande conflito interno entre os lados. Em contraste, Chile e Argentina enfrentavam conflitos internos entre intervencionistas e liberais. Assim, os grupos liberais dentro desses regimes estavam mais inclinados a buscar o endosso de economistas internacionais renomados como Hayek.

Boianovsky (2018) apontou o papel das viagens dos economistas para o desenvolvimento das suas ideias. Em certo sentido, o seu foco está no lado da oferta. Ou seja, Boianovsky investigou o papel das viagens na produção das ideias econômicas.¹⁰ A contribuição do nosso trabalho, por sua vez, baseia-se em olhar o lado da demanda por viagens de economistas para a periferia. Questiona-se por que economistas são recebidos pelos governos e qual a utilidade das viagens de Hayek. A comparação entre a recepção a Hayek no Brasil, de um lado, e no Chile e na Argentina, de outro, indica que economistas são úteis para os governos justificarem suas políticas para si ou para seus constituintes.

Após essa introdução geral, a seção 2 sintetiza discussões sobre a relação de Hayek com governos autoritários, sua defesa na imprensa internacional e sua crítica à “democracia ilimitada”. A seção 3, baseada em pesquisa de arquivo, detalha as visitas de Hayek ao Brasil no contexto da apatia governamental. A seção 4 relaciona essa apatia à estratégia de legitimação do Brasil. A conclusão oferece um resumo de nossas descobertas.

10. No mesmo sentido, Irwin (2024) destacou o papel das viagens de Ian Little, Jagdish Bhagwati, Anne Krueger e Bela Balassa na elaboração das críticas de cada um desses economistas ao protecionismo. O conhecimento *in loco* das distorções e custos da estratégia de substituição de importações teria sido essencial para as contribuições teóricas e empíricas desses autores.

2 HAYEK SOBRE GOVERNOS AUTORITÁRIOS E DEMOCRACIA ILIMITADA

Após o sucesso de seu livro *The Road to Serfdom* (1944), que o elevou à condição de intelectual público, Hayek dedicou boa parte da década de 1950 à escrita de *The Constitution of Liberty*, publicado originalmente em 1960 (Hayek, 2011). Inicialmente concebido como uma espécie de continuação do livro de 1944, *The Constitution of Liberty* acabou sendo um fracasso editorial, não alcançando o mesmo nível de repercussão de seu antecessor. A despeito disso, pode-se argumentar que este livro se tornou o mais importante da carreira do austríaco (Hamowy, 2011). Dois argumentos se destacam nesta obra: em primeiro lugar, a ênfase de Hayek em outras instituições, além do sistema de preços, como relevantes na coordenação entre os indivíduos na sociedade e, em segundo lugar, o protagonismo atribuído ao estado de direito (*rule of law*).

De fato, em 1960, Hayek deu destaque ao papel do estado de direito como forma de garantir que a sociedade permanecesse livre. Ele salientava a importância de um arcabouço institucional capaz de impedir a ação arbitrária do Estado sobre os indivíduos. Isso é relevante porque, na perspectiva hayekiana, o uso do conhecimento – que, na visão do austríaco, é difuso, subjetivo e tácito – da sociedade se maximiza na medida em que os indivíduos têm liberdade para agir. Nesse sentido, Hayek ressalta o papel da Constituição como um mecanismo capaz de limitar o arbítrio do Estado e a coerção entre indivíduos.

No entanto, a experiência do austríaco nos anos 1960, um período marcado pelo crescimento do keynesianismo e pela Guerra Fria, levou Hayek a adotar uma posição mais cética em relação à capacidade das constituições de sociedades democráticas de impor limites críveis à ação do Estado. Em outras palavras, Hayek percebeu que, sob o pretexto de atender aos anseios da maioria da população, o Estado ameaçava a liberdade. Ou seja, a “democracia ilimitada” oferecia riscos à sociedade livre. Hayek destacava especialmente a perseguição de uma ideia de “justiça social” que poderia conduzir a uma maior interferência estatal e à erosão das liberdades individuais, e a existência de grupos de interesse cujas demandas distorceriam o ideal democrático.

O aumento do ceticismo de Hayek em relação à democracia e ao constitucionalismo o levou a se debruçar cada vez mais sobre as características evolucionárias das sociedades e de suas instituições. Hayek passou a dar maior destaque às instituições (em sentido amplo) que são resultado da ação humana, mas não do desígnio humano, como caracterizadoras de determinada ordem social. O argumento hayekiano começou,

então, a enfatizar a incapacidade de se compreender e reconstruir, segundo critérios supostamente racionais, as sociedades e suas instituições. Em outras palavras, na perspectiva de Hayek, não se pode planejar ou controlar a evolução das instituições sociais. O austríaco percebeu que o Estado aumentava seu poder por meio da legislação para atingir objetivos específicos, como a justiça social. A melhor sociedade seria baseada em instituições de ordem espontânea e não em instituições artificiais geridas pelo governo. Essas instituições artificiais permitiram ao Estado controlar arbitrariamente o comportamento dos indivíduos, destruindo a liberdade e os alicerces da ordem espontânea. Assim, Hayek concluiu que o estado de direito era incapaz, por si só, de limitar o poder estatal e comprometia os fundamentos da sociedade.

É em tal cenário, de seu crescente ceticismo com as democracias e a capacidade de se delimitar adequadamente a ação estatal a partir do princípio do estado de direito, que deve ser compreendida a aproximação de Hayek a governos autoritários. Tal aproximação foi objeto de trabalhos que procuram compreender como os elogios tecidos por Hayek a ditadores como Salazar e Pinochet poderiam ser vistos à luz de suas críticas ao Estado e ao tolhimento das liberdades.

Segundo Caldwell e Montes (2015), Hayek relatou ao jornal *El Mercurio* que em seu encontro com Pinochet teve a chance de falar sobre os riscos da democracia ilimitada, bem como de entregar textos seus a respeito do tema. Ao jornal, Hayek também elogiou a situação do Chile, dizendo que as reformas econômicas de Pinochet em pouco tempo colocariam o país na trilha da prosperidade.

Após a boa impressão que a visita ao Chile provocou em Hayek, ele passou a defender o regime de Pinochet diante das críticas pelas violações aos direitos humanos que ocorriam naquele país. Seu veículo preferido era o jornal londrino *The Times*. Em uma carta ao jornal, publicada em 3 de agosto de 1978, Hayek expressou que uma democracia, com exceção da democracia direta baseada em uma assembleia de todos os cidadãos, nunca pode se formar por conta própria, mas deve ser sempre o resultado da decisão autoritária de poucos (Hayek, 1978). Ainda nessa carta, Hayek observou que todas as pessoas com quem conversou no Chile concordavam que a liberdade individual era significativamente maior sob o regime de Pinochet em comparação com o governo de Allende. Da mesma maneira, ele destacou a importância de uma democracia limitada, afirmando que, embora a forma democrática de governo seja a mais desejável, não pode ser implementada em qualquer contexto e não deve ser vista como um valor supremo, mas sim como o meio mais eficaz para garantir a paz e facilitar a transição pacífica de poder (Hayek, 1978).

TEXTO para **DISCUSSÃO**

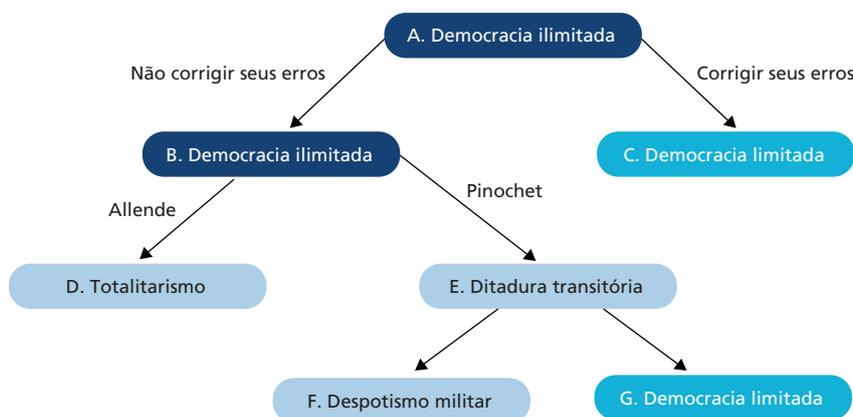
Também de acordo com o relato de Caldwell e Montes (2015), na sua segunda visita ao Chile, Hayek concedeu duas entrevistas ao jornal *El Mercurio*. Na primeira, publicada em 12 de abril de 1981, ele afirmou ser contra as ditaduras, mas reconheceu sua necessidade em certas situações. Preferia uma ditadura liberal a uma democracia que não garantisse liberdades individuais. Ele via a ditadura chilena como uma fase transitória rumo a uma democracia liberal, necessária enquanto o governo estivesse desestruturado e sem regras reconhecidas.

Na segunda entrevista, em 19 de abril de 1981, Hayek defendeu a limitação do poder governamental, argumentando que uma ditadura poderia conduzir ao liberalismo mais eficazmente do que uma democracia ilimitada. Embora consciente dos riscos, ele via a saída autoritária como a única esperança em certas situações. Para Caldwell e Montes (2015), Hayek acreditava que, apesar de indesejável, a ditadura poderia ser a única alternativa para se restaurar a liberdade.

Conforme Farrant e McPhail (2014), Hayek já tinha desenvolvido sua ideia de ditadura de transição mesmo antes do golpe contra o presidente Allende, o que sugere que seus comentários positivos em relação ao regime de Pinochet não seriam completamente inesperados. Para os autores, essa transição pode ser vista como uma fórmula para permitir maior proteção dos direitos individuais em uma sociedade. Essa seria uma saída necessária em algumas situações de democracia ilimitada. Segundo eles, na interpretação de Hayek haveria duas alternativas para uma democracia ilimitada: “ajustar seus caminhos” e se transformar em uma democracia limitada que preservasse a liberdade individual, ou permanecer como democracia ilimitada. Neste último caso, dois cenários seriam possíveis: transformar-se em um regime totalitário, resultado da manutenção de rumo, ou adotar uma ditadura de transição, quando haveria a possibilidade de se converter em uma democracia limitada.

Essas possibilidades estão representadas pelos pontos na figura 1, que é construída a partir da síntese de duas figuras elaboradas por Farrant e MacPhail (2014). Ao alcançar o ponto B, a democracia ilimitada tende a evoluir para o totalitarismo (ponto D), a menos que uma ditadura transitória intervenha para restaurar a liberdade individual. É importante ressaltar que, ao se escolher a ditadura, representada pelo ponto E, surgem duas opções: ou ela de fato funciona como uma fase transitória, estabelecendo normas que permitam a transição para uma democracia limitada, ou se torna um regime de despotismo militar.

FIGURA 1
Destinos possíveis das democracias ilimitadas



Fonte: Farrant e McPhail (2014).
Elaboração dos autores.

Em tal perspectiva, haveria dois caminhos a seguir no Chile de 1973: de um lado, continuar com o governo Allende e sua democracia ilimitada, que acabaria por se transformar em totalitarismo, e, de outro, um governo autoritário, como o de Pinochet, que poderia desembocar tanto em despotismo militar quanto em uma democracia limitada.¹¹ Considerando que Hayek tinha como ideal uma democracia limitada, fica evidente sua preferência entre Allende e Pinochet. O governo de Pinochet pode resultar tanto em uma democracia limitada quanto em despotismo militar, enquanto o de Allende só poderia resultar em totalitarismo. Com isso, mesmo na pior das hipóteses, o governo de Pinochet teria um desfecho tão indesejado quanto o de Allende, mas ainda ofereceria a esperança de alcançar o melhor resultado.¹²

3 VISITAS DE HAYEK AO BRASIL

Como afirmado antes, Hayek realizou quatro visitas ao Brasil. A primeira delas ocorreu em abril de 1957, como parte dos seminários organizados por Eugênio Gudín na

11. Na democracia ilimitada de que falava Hayek, o governo, dotado do apoio da maioria da sociedade, não veria separação entre o público e o privado. Ademais, a necessidade de o governo sempre obter suporte político da maioria o obrigaria a intervir no domínio econômico como forma de satisfazer grupos de interesse. Na visão do austríaco, a democracia ilimitada traria as raízes de sua própria destruição (Farrant, McPhail e Berger, 2012; Farrant e McPhail, 2014).

12. Em entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*, por ocasião de sua visita ao país sul-americano em 1981, Hayek classificou como ditaduras de transição, como as de Pinochet, o protetorado de Cromwell na Inglaterra, os governos de Adenauer e Erhardt na Alemanha Ocidental, e o de Salazar em Portugal (Farrant, McPhail e Berger, 2012, p. 521).

Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.¹³ Sua vinda fazia parte de uma série de seminários em que economistas *mainstream* vinham ao Brasil e apresentavam artigos que eram posteriormente publicados na *Revista Brasileira de Economia*, a principal revista acadêmica de economia no Brasil. O texto de Hayek publicado nesse veículo foi *Pleno emprego, planejamento e inflação*, uma tradução de *Full employment, planning and inflation* (Hayek, 1950; 1957). No entanto, essa primeira visita, na medida em que ocorreu em um período democrático da história brasileira, não possui relação com os propósitos deste trabalho.¹⁴

A segunda vinda de Hayek ao Brasil aconteceu em 1977, quando o país estava sob um regime ditatorial comandado pelos militares. A visita foi a convite de Henry Maksoud (1929-2014). Em sua carta, o convite seria para “divulgar no Brasil o *verdadeiro conceito de democracia*” por meio da participação em um seminário em São Paulo, Rio de Janeiro e “provavelmente” em Brasília.¹⁵

Maksoud foi um empresário brasileiro que se tornou, a partir dos anos 1970, um dos principais divulgadores do liberalismo econômico no país. Seus negócios se espalhavam por diversos setores: construção civil, hotelaria e mídia. Na sua revista semanal *Visão*, ele divulgava ideias pró-mercado e chegou mesmo a apresentar um programa relativamente obscuro de TV concentrado na disseminação das ideias liberais. Nos anos 1980, tornou-se um dos raros membros brasileiros da Mont Pelèrin Society.¹⁶

As relações de Maksoud com o governo militar eram complexas. De um lado, ele tinha uma relação próxima, uma vez que sua empresa de construção e projetos teve o governo federal como cliente em diversos grandes projetos. Por outro lado, ele se tornou crítico quando, especialmente a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, os governos militares colocavam as empresas estatais, particularmente nos setores de base, no centro da estratégia de crescimento.¹⁷

13. Gudin, Eugênio. Telegram to Hayek, in Apr. 27, 1957. Hayek Papers, *box 4, folder 26*. Nos agradecimentos de *The Constitution of Liberty*, Hayek (2011, p. 42) menciona palestra ministrada no Rio de Janeiro.

14. Para detalhes da primeira visita de Hayek ao Brasil, ver Coelho (2023, p. 247-256).

15. Maksoud, Henry. Letter to Hayek, in Sept. 16, 1977. Hayek Papers, *box 36, folder 32*, grifos nossos. Ver Coelho (2020) para a análise da correspondência entre Maksoud e Hayek.

16. A Mont Pelèrin Society foi fundada em 1947 a partir de uma conferência organizada pelo próprio Hayek e se consolidou como um dos principais *think tanks* liberais do mundo nas décadas seguintes.

17. Ver Cezar Junior (2012) sobre a revista *Visão* e as políticas de desenvolvimento dos governos militares. Pereira (2024) trata das visitas de Hayek organizadas por Maksoud e também da proposta que este elaborou em 1987.

O pretendido seminário em Brasília não aconteceu, o que já marca o contraste com as viagens de Hayek ao Chile e à Argentina. Se naqueles países ele foi recebido pelos seus líderes máximos, na capital do Brasil, a maior autoridade com a qual se encontrou foi José Carlos Azevedo, reitor da Universidade de Brasília (UnB), além de diretores de faculdades que compunham a universidade.¹⁸ Ele chegou a visitar o Congresso Nacional, mas a recepção foi constrangedora. Um jornal local destacou o contraste entre a festiva recepção que os deputados deram à atriz holandesa Sylvia Kristel, estrela do filme *Emmanuelle*, e a que foi concedida ao Prêmio Nobel de Economia de 1974 (Amaral, 1977).

Na sequência, Maksoud conduziu Hayek para São Paulo. Lá, ele ministrou três seminários. Além disso, ele visitou o Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo (IPE/USP).¹⁹

A turnê de Hayek de 1977 pelo Brasil chegou ao fim com a ida para o Rio de Janeiro. Lá ele reencontrou Eugênio Gudín e ministrou um seminário na FGV, o mesmo local em que tinha se apresentado havia mais de duas décadas. Não há registro na correspondência nem nos jornais de qualquer encontro de Hayek com autoridades na antiga capital política do Brasil.²⁰ Nesta viagem, Hayek concedeu entrevistas aos jornais *O Estado de S. Paulo* (publicada em 29 de novembro de 1977) e *Jornal do Brasil* (publicada em 4 de dezembro), além da revista *Visão*.

A terceira viagem de Hayek ao Brasil aconteceu em 1979. Esta foi uma passagem particularmente breve. Ele chegou ao Rio de Janeiro em 14 de novembro²¹ e viajou para Lima (Peru) dois dias depois para participar de *workshop* intitulado *Democracy and the Market Economy*, organizado por Hernando de Soto e Manuel Ayau (Gibson, 1979; Vargas Llosa, 1987). Até onde se sabe, no Brasil ele apenas concedeu entrevistas para as revistas *Visão* (publicada em 10 de dezembro) e *Veja* (publicada em 19 de dezembro), além de dar uma palestra em São Paulo de “mais de três horas” (Kupfer, 2006). No debate que se seguiu a este seminário ele “recusou o título de conhecedor do Brasil, alegando não conhecer bem a realidade brasileira”, mas foi contra a estatização e

18. Azevedo era capitão de mar e guerra e Doctor of Philosophy (PhD) em física pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Foi reitor da UnB entre 1976 e 1985 (Morre., 2010).

19. Em Agenda Prof. Hayek, sem data, Hayek Papers, *box 4, folder 28*, consta uma visita ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na companhia do professor Carlos Rocca. Trata-se de um erro. O Ipes foi um *think tank* de direita que funcionou entre 1961 e 1972; já o IPE/USP foi criado em 1964 para coordenar os programas de pós-graduação em economia da universidade. Em contato por *e-mail*, o professor Rocca informou-nos não se recordar dos detalhes da visita de Hayek ao IPE.

20. Agenda Prof. Hayek, sem data, Hayek Papers, *box 4, folder 28*.

21. Maksoud foi recepcioná-lo no aeroporto. Hayek Papers. *Telegram*, Nov. 1979, *box 36, folder 32*.

criticou a política brasileira de redução da inflação, por considerá-la intervencionista (Prunes, 2006, p. 306-307).

A quarta e última visita de Hayek ao Brasil ocorreu em 1981 e também foi organizada por Maksoud e sua equipe.²² Vindo da Argentina, Hayek esteve em três cidades brasileiras: Santa Maria, São Paulo e Brasília. O destino que mais chama a atenção na visita de Hayek é a cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul. A escolha dessa cidade surpreende os que conhecem o Brasil (e talvez o próprio Hayek). Afinal, em 1981, a cidade tinha menos de 200 mil habitantes e era apenas a quinta maior cidade do quinto estado mais populoso do Brasil (IBGE, 1984), a 300 quilômetros de sua capital, Porto Alegre.

A partir dos rarefeitos registros dessa visita conseguimos entrar em contato com os organizadores da viagem de Hayek a Santa Maria. Descobrimos que a iniciativa partiu dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Adivo Paim Filho e Walter Schley (então presidente do diretório de estudantes de humanidades). O primeiro soube que Hayek viajaria de Buenos Aires a São Paulo, e como Santa Maria está a cerca de metade do caminho entre as duas metrópoles, pensaram que poderiam convencer Maksoud a visitá-la com Hayek. Maksoud aceitou a ideia e os estudantes obtiveram do diretor da faculdade o apoio para a vinda de Hayek a Santa Maria. O seminário foi um sucesso de público. Como a UFSM não possuía um auditório grande o suficiente, a palestra de Hayek foi transferida para uma universidade privada e quinhentas pessoas lotaram o auditório.²³ A prefeitura da cidade até concedeu o título de visitante ilustre para Hayek, cujo diploma original está guardado nos Hayek Papers.²⁴

Em seguida, conforme o planejado, Hayek seguiu para São Paulo, onde ministrou dois dias de seminários no auditório Maksoud sobre democracia e demarcação e, ainda, distribuição de renda e positivismo jurídico, e falou com a imprensa. Nessa visita, Hayek concedeu entrevistas aos jornais *Folha de S. Paulo* (publicada em 10 de maio), *Jornal da Tarde* (publicada em duas partes, em 11 e em 12 de maio) e *Jornal do Brasil* (publicada em 10 de maio), além da revista *Manchete* (publicada em 23 de maio de 1981).

Na sequência, o economista voltou para Brasília para proferir dois seminários; o conteúdo de um deles, junto com o material da seção de perguntas e respostas, conduzido

22. *Telegram*, Jardanovsky to Hayek, Apr. 16, 1981. Hayek Papers, box 1, folder 14.

23. Informações fornecidas por Walter Schley a Leonardo Monasterio, por meio de troca de mensagens eletrônicas na rede social Facebook, em 2024.

24. Hayek Papers, box 4, folder 28.

por Maksoud, foi publicado em Hayek (1981). Mais uma vez, Hayek reencontrou-se com José Carlos Azevedo, que ainda era reitor da UnB. O reitor tentou intermediar um encontro de Hayek com Golbery do Couto e Silva.²⁵ Ele enviou uma mensagem para Heitor Ferreira, secretário de Golbery, em 5 de maio de 1981, informando sobre a chegada de Hayek à capital e perguntando: “Caso haja, de sua parte ou do ministro Golbery, interesse em conhecê-lo, diga-me o que deverei fazer”. Heitor encaminhou a mensagem a Golbery, que respondeu: “Heitor, acho que valeria a pena conhecê-lo. Não tenho tempo, infelizmente. Veja minha agenda”.²⁶

4 POR QUE A APATIA?

A hipótese mais simples para o descaso das autoridades seria que Hayek simplesmente não era conhecido dos governantes brasileiros em 1977 e em 1981. Essa hipótese, porém, é pouco plausível. Em 1977, o ministro da Fazenda era Mário Henrique Simonsen e, em 1981, o ministro do Planejamento, figura central na formulação e na condução da política econômica, era Antônio Delfim Netto.

Tanto Simonsen quanto Delfim Netto exerciam liderança intelectual e política em dois dos principais centros de ensino e pesquisa do Brasil na época: a FGV do Rio de Janeiro e a USP, respectivamente. Em ambos eram oferecidos cursos de mestrado e doutorado e se mantinham intercâmbios com universidades estrangeiras, particularmente com o envio de mestres para doutoramento nos Estados Unidos (Biderman, Cozac e Rego, 1996, p. 21-24). O financiamento da Fundação Ford e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (U.S. Agency for International Development – USAID) foi relevante, especialmente a partir da segunda metade da década de 1960, para a modernização e a internacionalização do campo da economia no Brasil (Fernandez e Suprinyak, 2018). Muitos ex-alunos da FGV e da USP ocupavam cargos no governo.

Portanto, dado o grau de modernização e internacionalização que havia sido conquistado pela FGV e pela USP ao menos desde a metade da década de 1960, e a influência que quadros formados nesses lugares tinham no governo militar, não parece razoável acreditar que Hayek, que já desfrutava de reconhecimento internacional havia

25. Golbery foi o general que chefiou a Casa Civil do governo Geisel entre 1974 e 1979 e nos primeiros anos do governo Figueiredo, até 1981, e teve forte influência na direção do regime no período. Por sua relevância, ele foi chamado de “feiticeiro” do regime na trilogia de livros sobre a ditadura militar brasileira de Gaspari (2014). O jornalista teve acesso aos arquivos de Golbery e de Geisel que haviam sido preservados por Heitor Ferreira, secretário desses militares.

26. Informações sobre Friedrich Hayek no Brasil fornecidas pelo escritor e jornalista Elio Gaspari, por e-mail, a Leonardo Monasterio, em 27 de abril de 2024.

várias décadas e recentemente tinha recebido o Prêmio Nobel, fosse desconhecido por Simonsen, Delfim Netto e seus ex-alunos atuantes na burocracia brasileira.²⁷

4.1 Hayek seria útil para a ditadura brasileira? Conflitos internos e a opção pelo desenvolvimentismo nacionalista

O golpe militar de 1964 poderia ser defendido com base no argumento hayekiano de impedir o totalitarismo de esquerda apresentado na figura 1. Contudo, a trajetória da política econômica da ditadura brasileira vigente em 1977 e em 1981 dificilmente seria apoiada por Hayek. Se questionado, ele possivelmente criticaria o modelo de desenvolvimento brasileiro corrente. Como veremos adiante, especialmente a partir do governo Geisel, que subiu ao poder em 1974 e implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), optou-se por uma estratégia de crescimento liderado pelo Estado.

Em termos da composição ideológica do governo, essa vitória da ala desenvolvimentista e nacionalista se mostra pelo afastamento de três expoentes do liberalismo brasileiro do século XX em relação ao regime: Eugênio Gudin, Octávio Bulhões e Roberto Campos. Já em 1964, Gudin não ocupava cargo formal no governo, restringindo suas atividades à FGV. Campos e Bulhões, em contrapartida, foram protagonistas das primeiras reformas econômicas introduzidas pelo regime militar logo após o golpe de 1964, conhecidas como Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Conforme argumenta Hermann (2005, p. 73), os militares tomaram o poder em 1964 com a justificativa de livrar o Brasil da situação crítica, em termos políticos e econômicos, existente sob a presidência de João Goulart. Tal reorganização, particularmente no que diz respeito ao descontrole inflacionário, deveria ser alcançada sem causar uma crise econômica relevante, para evitar a perda de apoio e legitimidade do novo regime. O diagnóstico do Paeg, segundo Luna e Klein (2016, p. 188-191), implicava que a política econômica deveria buscar a estabilização por meio do controle da dívida pública, dos custos salariais e do crédito. Entre outras medidas, impunha reformas fiscais para aumentar a arrecadação, controles nos reajustes salariais e repressão aos sindicatos, além de liberalização do mercado de trabalho e dos aluguéis, reajustes de tarifas públicas e modernização do mercado financeiro e de capitais.

27. Curiosamente, no debate que se seguiu à palestra de Hayek no Brasil em 1979, o intelectual foi perguntado sobre a sua opinião acerca do ministro Delfim Netto e respondeu: "Não conheço esse senhor". O comentário foi interpretado como "bem-humorado" por um jornalista presente, conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 18 de novembro de 1979 (Prunes, 2006, p. 306-307).

No entanto, após a ascensão de Costa e Silva à presidência em 1967, Campos e Bulhões assumiram papéis mais discretos, afastando-se do primeiro escalão do governo. Campos atuou na iniciativa privada até retornar ao serviço público no Itamaraty, onde se tornou embaixador em Londres em 1975. Bulhões, após ocupar alguns cargos em empresas públicas, passou a se dedicar exclusivamente à FGV na década de 1970. A ausência desses liberais brasileiros do governo ajuda a entender a frieza com que Hayek foi recebido.

A ascensão à presidência do general Ernesto Geisel, em 1974, marcou a substituição do grupo de militares associados à chamada *linha dura* pelo chamado *grupo da Sorbonne*, formado por oficiais mais identificados com a proposta original do general Castello Branco, primeiro presidente do regime militar, que envolvia redução do grau de repressão e um plano para devolução do poder aos civis, e que havia perdido espaço com a escolha do general Costa e Silva como sucessor de Castello Branco, em 1967. Na visão de Geisel, o retorno à normalidade democrática deveria se dar de maneira “lenta, gradual e segura”, como forma de controlar a linha dura e evitar o retorno ao poder dos militares ligados ao período mais obscuro da repressão (Luna e Klein, 2016, p. 196). Segundo Baer (1995) e Fonseca e Monteiro (2008), a ideia é que a transição com tais características seria mais facilmente alcançada se houvesse bom desempenho econômico.²⁸

O modelo de desenvolvimento brasileiro ao longo da década de 1970 envolveu grande participação do Estado. Tal característica se tornou ainda mais proeminente após o advento do II PND. Este plano foi adotado após o ciclo expansivo conhecido como milagre econômico, de 1968 a 1973, quando o Brasil apresentou uma taxa média de crescimento do produto interno de bruto (PIB) de cerca de 11% ao ano. O fim do milagre coincidiu com um período de reversão do otimismo no cenário internacional. Como mostra Carneiro (2002), o colapso do arranjo internacional criado em Bretton Woods deu ensejo à criação e ao crescimento do Euromercado, facilitando a tomada de crédito particularmente pelos países periféricos que enfrentavam dificuldades em seus balanços de pagamento. Ao mesmo tempo, 1973 também trouxe o primeiro choque do petróleo, provocando um aumento relevante do peso das importações de petróleo e seus derivados na balança comercial brasileira.

28. “[A] prioridade ao crescimento econômico formulada no plano era condicionante indispensável ou facilitador para viabilizar o projeto de distensão política e ampliar a base de legitimação do regime, abalada pela crise do ‘Milagre’” (Fonseca e Monteiro, 2008, p. 31).

O II PND foi uma resposta controversa do Brasil à crise internacional, representando um grande programa de investimentos com o objetivo de transformar a estrutura produtiva do país e corrigir o desequilíbrio no balanço de pagamentos, promovendo a ideia de um Brasil-potência (Carneiro, 2002, p. 55). Muitos desses investimentos foram conduzidos por empresas estatais, particularmente nos setores de energia e siderurgia, enquanto outros, especialmente bens de capital, foram realizados pelo setor privado, com suporte substancial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o banco estatal de desenvolvimento.

O Estado desempenhou um papel ativo nos projetos do II PND, financiando bens intermediários por meio de empresas estatais e controlando preços e tarifas. O BNDE apoiava o setor privado, especialmente os produtores de bens de capital, com correção monetária prefixada em um período de inflação acelerada. Isso resultou em uma “verdadeira doação de capital” (Carneiro, 2002, p. 97), com o Tesouro cobrindo a diferença entre a remuneração dos recursos e os créditos subsidiados fornecidos pelo banco. Além disso, empresas públicas foram largamente utilizadas como instrumentos de financiamento externo, na medida em que eram levadas a obter empréstimos no exterior para seus investimentos, o que se somava à ampla política de controle de preços públicos como forma de subsídio ao setor privado. Com isso, a fragilidade financeira das estatais configurava um caráter adicional à fragilidade das finanças públicas.

De fato, como mostra Carneiro (2002), para apoiar setores estratégicos, foram instituídos diversos subsídios de preços, fiscais e creditícios, aumentando a dívida pública. A participação no PIB dos subsídios à agricultura, à energia e às exportações dobrou entre 1976 e 1980.

Em 1979, sobe ao poder o último presidente do regime militar brasileiro, general João Figueiredo. Ele assume com o objetivo explícito de concluir a transição do poder de volta aos civis. No entanto, o modelo de desenvolvimento do regime militar, que tinha alcançado seu nível máximo durante o II PND, foi severamente testado por dois choques em 1979: o segundo choque do petróleo e o severo aperto da política monetária norte-americana, com o consequente aumento expressivo das taxas de juros internacionais. Tais eventos ocorreram em um contexto de fragilidade do setor externo brasileiro após dois ciclos de forte expansão (milagre econômico e II PND), fragilidade representada pelo fato de que dois terços das receitas de exportações estavam comprometidas com o serviço da dívida externa (Baer, 1995, p. 95).

Ao longo dos anos 1970, a importância das empresas estatais na economia brasileira cresceu consideravelmente, em particular quando se tem em vista o investimento delas como proporção do PIB. Ao mesmo tempo, o superávit operacional das empresas estatais federais declinou de modo acentuado. O crescimento notável das despesas financeiras foi associado à significativa expansão da dívida das empresas estatais, financiada principalmente por empréstimos internacionais. No fim da década de 1970, com a alta das taxas de juros e a grande desvalorização de 1979, a carga financeira das empresas estatais aumentou drasticamente. Para piorar a situação, o governo utilizou os preços das empresas estatais como instrumento anti-inflacionário, resultando na diminuição contínua em termos reais das tarifas que poderiam ser cobradas (Carneiro, 1990; Carneiro, 2002).

Em tal contexto, segundo Luna e Klein (2016, p. 208) e Baer (1995, p. 97), a política econômica de Figueiredo, inicialmente de caráter mais contracionista, resultado da fragilidade oriunda da dívida externa em um cenário externo pouco favorável, das dificuldades fiscais e da aceleração inflacionária, rapidamente se converteu em tentativa de recuperar o crescimento, como forma de facilitar a planejada transição ao fim do regime militar. Figueiredo havia assumido em março de 1979; em agosto, substituiu Mário Henrique Simonsen por Delfim Netto no Ministério do Planejamento, diante dos parcos resultados alcançados até então, sobretudo no combate à inflação. Em dezembro do mesmo ano, um pacote de medidas restritivas determinou, entre outras ações, a redução de subsídios à exportação e incentivos fiscais, além do aumento expressivo de tarifas públicas. Também se buscou controlar a desvalorização cambial e a correção monetária para 1980. Em meio a esse cenário, a inflação se acelerava e chegava a 50% em 1979 e a 100% em 1980 (Luna e Klein, 2016, p. 203-209), revelando o fracasso das medidas do governo.

Como se vê, o ambiente econômico do Brasil durante as três últimas visitas de Hayek ao país não era exatamente tranquilo. Porém, diferentemente da Argentina e, especialmente, do Chile, o governo militar brasileiro promoveu o aumento sistemático da participação do Estado na economia. Isso se refletiu em maior grau de regulação (como a tentativa de ancorar as expectativas de inflação e controlar os reajustes salariais), nas dificuldades fiscais (amplamente devido à generalização de subsídios e incentivos fiscais) e, especialmente, no crescimento do papel das empresas estatais. Além disso, após o fim do milagre econômico, o governo optou por aprofundar esse modelo, no qual o Estado era o protagonista, numa tentativa de proporcionar condições para a busca de objetivos políticos por meio de medidas anticíclicas que oferecessem uma resposta expansionista ao cenário externo turbulento.

Nesse contexto, a visita de um economista liberal como Hayek poderia ser problemática, pois amplificaria as eventuais críticas feitas por ele ao modelo de desenvolvimento implementado pelos militares ao longo da década de 1970, em um cenário de redução da repressão à imprensa e à oposição. Em síntese, ao contrário do Chile, onde as reformas liberais elogiadas por Hayek eram uma marca do regime militar, no Brasil a condução da economia seguiu um caminho completamente distinto, com a ampliação do tamanho e do escopo da ação estatal, especialmente na segunda metade dos anos 1970. A possibilidade de críticas por parte de um economista renomado tornou-se ainda mais indesejável quando o modelo econômico dos militares já mostrava claros sinais de esgotamento, caracterizado pela aceleração da inflação, contração do PIB e desorganização econômica no início dos anos 1980, período em que Hayek fez sua última visita ao país. Ademais, deve-se considerar que se vivia um período de relativa abertura às críticas ao governo na imprensa à época das visitas de Hayek, demonstrada pela revogação do Ato Institucional nº 5 em 1978, e pela promulgação da Lei da Anistia em 1979.

4.2 Comparação com as situações de Argentina e Chile

Considerando a diferença na recepção que Hayek teve no Brasil, de um lado, e na Argentina e no Chile, de outro, cabe uma rápida avaliação da situação existente nestes outros países.

Em novembro de 1977, quando Hayek pisou em solo argentino, a ditadura militar tinha completado pouco mais de um ano e meio. O discurso do poderoso ministro da Economia Martínez de Hoz era basicamente liberal. Suas primeiras medidas também iam nessa direção: unificação do câmbio e abertura comercial. Houve corte de subsídios, aumento de impostos e a inflação, apesar de muito elevada, deixou sua trajetória explosiva. Em 1977, a economia cresceu 6% ao ano e a inflação, que havia sido de 444% em 1976, caiu para 176% (Rapoport, 2003, p. 796).

Os militares argentinos foram também incapazes de gerar crescimento econômico. Na primeira viagem de Hayek, em 1977, o país tinha uma renda *per capita* de 10,1 mil dólares; na segunda, em 1981, 9,6 mil dólares.²⁹ A estagnação econômica, a inflação e o endividamento externo crescentes tornaram insustentável a situação de Martínez de Hoz e ele deixou o cargo no fim de março de 1981, ao término do governo Videla

29. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD?locations=AR>. Acesso em: 27 jul. 2024.

e menos de um mês antes da visita de Hayek. Como se sabe, a situação econômica piora ainda mais nos anos que se seguem e a derrota na aventura militar nas Malvinas/Falklands levaram o país para a redemocratização em 1983.

Questiona-se se a ditadura militar argentina foi liberal. Em comparação com os governos anteriores argentinos, pode-se dizer que sim, apesar de isso não ser totalmente consistente. Em 1977, já haviam sido reintroduzidos subsídios a setores de bens intermediários para grupos escolhidos pelo Estado (Rapoport, 2003, p. 850) e houve diversas estatizações. Apesar do discurso de ajuste, os gastos públicos estavam longe de ser controlados e a despesa militar, base de sustentação do regime, aumentou fortemente.

Já no que diz respeito ao Chile, cumpre destacar que a situação econômica deste país era melhor do que a da Argentina à época das visitas de Hayek, mas estava longe de ser um milagre econômico. Há uma vasta literatura examinando o legado dos Chicago Boys e de Pinochet,³⁰ mas o fato é que, em 1977, o PIB *per capita* era 4,0% inferior ao de 1973. A inflação de fato caiu muito em relação aos anos Allende, mas seguia sendo de 63,5% ao ano na época da primeira visita (Banco Central de Chile, 2001).

Em 1981, Hayek reencontrou uma economia um tanto melhor: o PIB *per capita* era 27,0% maior do que na viagem anterior e a inflação anual estava por volta de 9,5% ao ano, um valor raro para a história do Chile e para a própria América Latina (Banco Central de Chile, 2001, p. 366). No ano seguinte, contudo, houve um *crash* violento, com uma contração de 15,0% da renda *per capita* (Banco Central de Chile, 2001, p. 19) e a economia só se recuperou a partir de 1985.

Mesmo antes da crise de 1982-1983, a orientação liberal não era inquestionável dentro do governo Pinochet. Havia tensões com os Chicago Boys de um lado e, de outro, setores militares desenvolvimentistas e grupos empresariais que davam apoio ao governo. A respeito da visita de Milton Friedman em 1975, Edwards (2023, p. 94, tradução nossa) conta que:

Os Chicago Boys esperavam que Friedman ajudasse a inclinar o equilíbrio de poder dentro das forças armadas em direção à sua perspectiva e que

30. Conferir Escalante (2022) e Uhr, Uhr e Ely (2017) para estimativas do impacto de Pinochet na economia usando o método de controle sintético. O primeiro indica que a ditadura foi irrelevante para o período do chamado milagre chileno; o segundo, que a redemocratização de 1988 teve efeito causal no crescimento posterior do país.

Pinochet finalmente escolhesse a alternativa do mercado livre em vez da opção intervencionista vendida por alguns generais do exército e da força aérea.³¹

Mesmo após a visita de Friedman, os liberais nunca tiveram a total confiança de Pinochet. O ditador criou até um Comité Asesor, de caráter mais intervencionista e que ocasionalmente convencia o presidente chileno³² a não seguir as recomendações mais liberais da equipe econômica.

Por fim, vale notar que, quando comparado com a Argentina e o Chile, o Brasil vivia outro momento da sua ditadura militar. Na primeira visita de Hayek, os militares já estavam havia mais de treze anos no poder e, como se constatou anteriormente, as opções de política econômica pelo intervencionismo já estavam feitas. As críticas liberais ao II PND se davam de fora do governo, partindo de uma fração das elites empresariais, e praticamente não havia liberais com posições de destaque dispostos a acatá-las.³³

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho contribuiu em duas direções: i) detalhar as visitas que Hayek fez ao Brasil, buscando comparar suas atividades no país com aquelas na Argentina e no Chile; e ii) mostrar a importância da demanda, em especial a do governo, na divulgação das ideias econômicas nos países periféricos.

Blinder (2019, p. 239, tradução nossa) definiu a Lamppost Theory da elaboração da política econômica: “os políticos usam a economia da mesma forma que um bêbado usa um poste de luz, para apoio, não para iluminação”.³⁴ Neste *Texto para Discussão*, argumentamos que as visitas de Hayek à América Latina em 1977 e em 1981 são a materialização dessa tese. Na Argentina e no Chile, o intelectual se mostrou útil para as ditaduras: fortalecia os grupos liberais e justificava a privação supostamente temporária das liberdades individuais. Já no Brasil, a ditadura militar se legitimava pelo crescimento econômico, e a opção pelo nacional-desenvolvimentismo era evidente.

31. “The Chicago Boys hoped that Friedman would help tip the balance of power within the military toward their perspective and that Pinochet would finally choose the free-market alternative over the interventionist option peddled by some army and air force generals”.

32. De acordo com Edwards, a Dirección de Inteligencia Nacional (Dina), a polícia secreta interna, desconfiava do patriotismo dos Chicago Boys e os vigiava.

33. O que, por certo, não significa que não existissem disputas dentro do governo entre propostas distintas de política econômica, reflexo de diferentes prioridades atribuídas a políticas de desenvolvimento e de estabilização. Ver, por exemplo, Carneiro (1990), que fala da disputa entre a Fazenda e o Planejamento durante a presidência de Geisel.

34. “Politicians use economics the way a drunk uses a lamppost, for support, not for illumination”.

Usando os termos de Blinder (2019), Hayek não serviria nem para iluminação nem para apoio para o governo brasileiro da época.

É um fato notório que ganhadores do Nobel de Economia sejam chamados a opinar sobre os assuntos mais diversos. Hayek alertou para os riscos e as consequências desse fenômeno durante o próprio banquete de sua premiação.³⁵

O Prêmio Nobel confere a um indivíduo uma autoridade que, em economia, nenhum homem deveria possuir... A influência do economista que realmente importa é a influência sobre leigos: políticos, jornalistas, funcionários públicos e o público em geral. Não há razão para que um homem que tenha feito uma contribuição distinta à ciência econômica seja competente em todos os problemas da sociedade – como a imprensa tende a tratá-lo, até que, no fim, ele próprio possa ser levado a acreditar nisso.³⁶

Este trecho demonstra que Hayek possuía clareza e modéstia incomuns entre os ganhadores do prêmio (bem de acordo com a sua teoria, diga-se de passagem). Nunca saberemos, contudo, se o economista percebeu que, tal como argumentamos neste *Texto para Discussão*, sua recepção na América Latina foi condicionada, fundamentalmente, pelo uso que os governos militares poderiam fazer de suas palavras.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, G. Um pouco de muita gente. **Correio Braziliense**, p. 7, 3 dez. 1977.
- BAER, W. **The Brazilian economy: growth and development**. Westport: Praeger, 1995.
- BANCO CENTRAL DE CHILE. **Indicadores económicos y sociales de Chile: 1960-2000**. Santiago, Chile: Banco Central de Chile, 2001.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BLINDER, A. The Lamppost theory of economic policy. *In*: AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY, 2019, Philadelphia. **Proceedings...** Philadelphia: APS, 2019.

35. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/speech/>.

36. "Nobel Prize confers on an individual an authority which in economics no man ought to possess... the influence of the economist that mainly matters is an influence over laymen: politicians, journalists, civil servants and the public generally. There is no reason why a man who has made a distinctive contribution to economic science should be omniscient on all problems of society – as the press tends to treat him till in the end he may himself be persuaded to believe".

BOIANOVSKY, M. 2017 HES Presidential address: economists and their travels, or the time when JFK sent Douglass North on a mission to Brazil. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 40, n. 2, p. 149-177, June 2018.

CALDWELL, B.; MONTES, L. Friedrich Hayek and his visits to Chile. **The Review of Austrian Economics**, v. 28, n. 3, p. 261-309, 2015.

CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. de P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de Política Econômica Republicana – 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CEZAR JUNIOR, G. **Revista Visão: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

COELHO, F. O caminho da servidão e a carta de Henry Maksoud para Hayek: um olhar a partir da história das ideias. **Temporalidades**, v. 12, n. 3, p. 842-867, set./dez. 2020.

_____. **O pensamento de Friedrich A. Hayek no Brasil: uma investigação sobre neoliberalismo, autoritarismo, desigualdade e injustiça social (1946-1994)**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

EDWARDS, S. **The Chile project: the story of the Chicago Boys and the downfall of neoliberalism**. Princeton: Princeton University Press, 2023.

ESCALANTE, E. E. The influence of Pinochet on the Chilean miracle. **Latin American Research Review**, v. 57, n. 4, p. 831-847, Dec. 2022.

FARRANT, A.; MCPHAIL, E.; BERGER, S. Preventing the “abuses” of democracy: Hayek, the “military usurper” and transitional dictatorship in Chile? **American Journal of Economics and Sociology**, v. 71, n. 3, p. 513-538, July 2012.

FARRANT, A.; MCPHAIL, E. Can a dictator turn a constitution into a can-opener? F. A. Hayek and the alchemy of transitional dictatorship in Chile. **Review of Political Economy**, v. 26, n. 3, p. 331-348, 2014.

FERNANDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. Creating academic economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of Anpec. **Economia**, v. 19, n. 3, p. 314-329, Sept./Dec. 2018.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, jan./mar. 2008.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GIBSON, E. Z. Von Hayek and Lima's Vendors. **The New York Times**, New York, p. 31, 5 Dec. 1979. Section A.

HAMOWY, R. Introductory essay. *In*: HAYEK, F. A. **The constitution of liberty**: the definitive edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2011. p. 1-22.

HAYEK, F. A. Full employment, planning and inflation. **Institute of Public Affairs and Review**, Melbourne, v. 4, n. 6, 1950.

_____. Pleno emprego, planejamento e inflação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 11, n. 2, p. 1-15, 1957.

_____. Freedom of choice. **The Times**, p. 15, 3 Aug. 1978.

_____. **Hayek na UnB**: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981. Brasília: UnB, 1981.

_____. **The Constitution of Liberty**: the definitive edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). *In*: GIAMBIAGI, F. *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1983. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. v. 44.

IRWIN, D. Changing the trade and development consensus: evidence building from Little, Bhagwati, Krueger, and Balassa in the 1960s. **History of Political Economy**, v. 56, n. 5, p. 775-804, Oct. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00182702-11330045>.

KNUTSEN, T. A. Should liberals sometimes prefer dictatorships to democracies? A closer look at the Hayek thesis. **Democratization**, v. 23, n. 3, p. 375-394, 2016.

KUPFER, J. P. Todos não são iguais. [1979]. *In*: PRUNES, C. M. (Org.). **Hayek no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **História econômica e social do Brasil**: o Brasil desde a República. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEADOWCROFT, J.; RUGER, W. Hayek, Friedman, and Buchanan: on public life, Chile, and the relationship between liberty and democracy. **Review of Political Economy**, v. 26, n. 3, p. 358-367, 2014.

MORRE José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da UnB. **Folha de S.Paulo**, 25 fev. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2502201025.htm>. Acesso em: 27 abr. 2024.

NELL, G. The alchemy of the can opener: how an Austrian economist found himself supporting dictatorial imposition of a liberal order. **Review of Political Economy**, v. 26, n. 3, p. 349-357, 2014.

PEREIRA, D. de F. Henry Maksoud e a recepção de Hayek no Brasil: demarquia e a proposta de uma constituição neoliberal. **Economia e Sociedade**, v. 33, n. 2, p. e271215, 2024.

PRUNES, C. M. (Org.). **Hayek no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2003.

UHR, D. A.; UHR, J. G.; ELY, R. A. A synthetic control approach on Chile's transition to democracy. **Economics Bulletin**, v. 37, n. 3, p. 1-16, 2017.

VARGAS LLOSA, M. In defense of the black market. **The New York Times**, New York, p. 28, 22 Feb. 1987. Section 6.

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Missão do Ipea
Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

